

UM ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE ÀS POTENCIALIDADES DA PISCICULTURA NO ESTADO DE RONDÔNIA

André Luis Saoncela da Costa¹, Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci²

1 Universidade de Taubaté/Programa de Mestrado em Gestão de Desenvolvimento Regional, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225-Centro-Taubaté, andresaoncela@saolucas.edu.br

2 Universidade de Taubaté/Programa de Mestrado em Gestão de Desenvolvimento Regional, Rua Expedito Ernesto Pereira, 225 – Centro – Taubaté, jmtadeucci@uol.com.br

Resumo: O presente estudo apresenta, na forma de pesquisas de natureza bibliográfica, documental e de levantamento, a aplicação de políticas públicas para as atividades de piscicultura no Estado de Rondônia, tendo como objetivo básico identificar as ações derivadas de algumas dessas políticas públicas no campo de estudo proposto. Constitui-se em uma breve e modesta tentativa de analisar os méritos dessas políticas e os efeitos gerais causados por elas sobre a atividade piscicultura na Amazônia brasileira em geral e em Rondônia em particular. O método utilizado na pesquisa foi o dedutivo, visto que, para o tema e com base no material de estudo, este método mostra-se o mais adequado para a análise em comento.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Piscicultura. Rondônia. Desenvolvimento Local

Área do Conhecimento: Políticas Públicas

1 Introdução

O Estado de Rondônia como os demais estados da Amazônia Brasileira, tem sido objeto de políticas públicas desenvolvimentistas, particularmente a partir dos anos 70.

Muitas vezes o resultado das intervenções das políticas públicas no Brasil, incluída, em especial, a área-objeto deste estudo, tem muitas vezes mostrado ser diferente daquele originalmente imaginado por seus idealizadores, parecendo que esse hiato seja gerado por erro na própria formulação dessas políticas.

Essas políticas apresentam forte centralização, comandadas verticalizadamente, que poderão ter tido o condão de passar aos pretensos agentes econômicos uma visão equivocada dos benefícios para eles pretendidos pela implantação das políticas.

Também poderá ter contribuído para esse insucesso na aplicação das políticas públicas para a região amazônica em especial, fatores extrínsecos à problemática regional, a saber: eventuais políticas macroeconômicas, como, por exemplo; a concessão de subsídios às taxas de juros sobre o capital produtivo, entre outras políticas setoriais.

O desenvolvimento do Estado de Rondônia, que apresenta uma evidente vocação agropastoril, tem, nesta área econômica em particular, apresentado um crescimento bastante significativo. A piscicultura, como atividade agrícola em essência, apenas em anos muito recentes está despontando como atividade econômica com expressão. Poucos são ainda os piscicultores em Rondônia, as políticas públicas são ainda de alcance modesto, mas já se vê

algum movimento mais consolidado em termos de produção sustentável e sustentada de peixes para o consumo local. Até mesmo algumas iniciativas de exportação de pescado para a Europa já estão ocorrendo. Apenas em 2009, por exemplo, a empresa Mar e Terra, com sede em Mato Grosso, comprou a cada dois meses, de produtores locais mais de 9(nove) toneladas de pescado (tambaqui) e exportou para os Estados Unidos, Europa e algumas cidades do Brasil. (Rondônia, 2009)

O Governo de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Agricultura, (SEAGRI), mantém atualmente uma Gerência de Aqüicultura e Pesca a quem compete as atividades de aplicação das políticas públicas relativas a atividade econômica da piscicultura. A constituição desta Gerência é um indicativo de que a atividade está adquirindo uma dimensão em nível estadual que já a torna expressiva.

O objeto deste estudo é o de analisar a aplicação de políticas públicas e as potencialidades da piscicultura no Estado de Rondônia. Para explorar o tema será adequado fazer referências iniciais a eventos que deixem patente ainda incipiente, mas constantemente crescente atividade aqüícola no Estado.

Para fomentar a atividade o Governo do Estado criou o Programa Pró-Peixe que tem o escopo de estimular o crescimento da atividade e valorização das agroindústrias de pescado da região. O Programa pretende também disponibilizar a cada aqüicultor cerca de 30 horas/máquina para a construção de tanques de criação, com a contrapartida do produtor com o combustível para utilização pelas máquinas. O órgão encarregado de gerir este programa é a

Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

2 Metodologia

No presente estudo utilizou-se a pesquisa exploratória, em levantamentos bibliográficos e documentais, atingiu-se ainda o desiderato de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias previamente existentes na formulação de aproximações posteriores de cognição. Para Marconi e Lakatos, (2007, p.12) , “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. A modalidade de pesquisa documental utilizada no presente estudo, que conforme as autoras (2008, p. 48-49) “[...] está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato o fenômeno ocorre, ou depois.”

3 Considerações Gerais Sobre Políticas Públicas

Uma política pública pode ser definida de modo elementar como sendo um conceito que abarca, a um só tempo, a política, como ferramenta de decisão e como vetor de desenvolvimento. Entretanto, por se constituir numa equação de síntese, o resultado, ainda que alcance na sua constituição os dois conceitos citados anteriormente, não se circunscreve a abrangência dos dois, ainda que somados, mas os ultrapassa, seja em abrangência conceitual, seja em aplicação efetiva. (SEBRAE –MG, 2008)

Os ensinamentos de Castanhar (2007, p. 205) conduzem no sentido de entender política pública como devendo “ser direcionadas para usuários bem delimitados e identificados, em oposição aqueles que defendem a universalização das políticas sociais”.

Políticas públicas são, com efeito, instrumentos de gestão pública, seja em âmbito político, seja na área do coletivo social.

De acordo com Cunha (2003, p. 12) “uma vez que as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais, e as respostas do estado para essas questões podem atender a interesses de um, em detrimento do interesse de outros”.

É adequado ainda estabelecer uma clara diferenciação entre o que seja uma política pública e uma decisão política que, embora, às vezes assemelhadas na forma exterior, como percebida pela população não se confundem absolutamente: Decisão política é um ato de vontade do

administrador, uma escolha que este faz diante de uma gama de alternativas, a política pública, por sua vez é um instrumento de gestão que muito embora contenha uma decisão política, configura-se em um nexos relacional entre a teoria a ser aplicada e as ações executivas dessa teoria.

O Brasil, no que diz respeito a sua atuação como formulador de políticas públicas, tem adotado, para a aquicultura uma postura ainda modesta, com poucas ações de efetivo resultado social e econômico. Apenas nos últimos decênios é que o governo, percebendo os movimentos de mercado interno e externo, assim como outras condicionantes econômicas e até mesmo ambientais, tem se voltado com maior interesse para essa importante área de indústria.

Cunha (2003, p. 15) enfatiza com propriedade que “o processo de formulação de uma política envolve a identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e sua regulamentação como política pública”.

A crescente consciência dos governos do Brasil para o alcance de gestão social e econômica que caracteriza as políticas públicas, fez com que este instrumento seja utilizado nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Os gestores públicos parecem ter a percepção que a aplicação de uma política pública enseja o monitoramento multidimensional dos efeitos no espaço de aplicação da política, até mesmo anteriormente a essa aplicação, uma vez que o uso de uma equipe multi e interdisciplinar, ainda na fase de estudos iniciais, oportunizam uma discussão mais abrangente do assunto entre os diferentes atores sociais. (SEBRAE-MG, 2008)

A esse respeito Cunha (2003, p. 19) menciona que “é de responsabilidade e atribuição dos gestores a coordenação do sistema e a incorporação de práticas e mecanismos que permitam o planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pelas ações e o impacto das políticas.

É preciso também que se considere para o momento que vive o país quanto a sua capacidade de instituir e, especialmente, monitorar eficazmente os resultados das políticas públicas que adota que essa capacidade deriva, em um grau significativo, da longevidade do regime democrático. A competição política enseja a necessidade de prestar contas da aplicação dos recursos públicos (não apenas financeiros, diga-se de passagem) recursos que são impactados pela aplicação de políticas públicas. A democracia resiliente parece criar uma atmosfera político-institucional que induz a adoção de políticas públicas com gestão participativa social e

fortemente comprometida com sua eficiência sobre a realidade da cidadania.

4 Políticas Públicas em Rondônia

O fato de o Estado de Rondônia estar inserido no contexto sócio-político-geográfico amazônico, de certo modo, conecta as duas realidades, vale dizer que em grande monta, um fenômeno ocorrido em âmbito regional ocorre, respeitadas as condições peculiares, em nível local, ou melhor, estadual. Essa conexão, entretanto, respeita na sua exteriorização, como se disse, as particularidades que lhe são próprias. Assim, as políticas públicas desenhadas para e pelo Estado de Rondônia são coincidentes com as regionais apenas no que aplicáveis a interesses particulares das populações envolvidas com o desenvolvimento, no caso particular deste estudo, com as atividades aquícolas.(Rondônia, 2009)

Na esteira desse pensamento integrado à Amazônia, mas, naturalmente “personalizado” em relação às idiossincrasias rondonienses, a Secretaria de Estado da Agricultura, (SEAGRI), desenvolveu um programa de diagnose da atividade da piscicultura em Rondônia com o propósito de analisar sua cadeia produtiva no Estado. Este programa iniciado no mês de maio de 2009 por técnicos da SEAGRI e da EMATER, trabalhou para conformar o que se convencionou chamar Diagnóstico Participativo Sócio-Econômico e Ambiental no Contexto da Agricultura Familiar. Esse Programa foi baseado na realização de várias oficinas em diversos pontos do Estado como a Região de Ariquemes, a Zona da Mata, a Região Central, o Cone Sul e em Porto Velho, as Regiões Porto I e Porto II. O programa procurou obter dados sobre as dimensões produtivas, ambientais, sociais, econômicas e políticas públicas nos locais visitados, procurando trabalhar com uma intensa participação dos aquícultores familiares e de produção comercial, assim como de suas famílias. A idéia por trás do estabelecimento do programa é obter subsídios para a construção do Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Piscicultura em Rondônia, que se constituirá em um conjunto de políticas públicas para os produtos de aquícultura do Estado de Rondônia, focado na diversificação dos produtos, em uma agregação de valor aos produtos, tudo fundado na consolidação de mercados sustentáveis (RONDÔNIA, 2009).

Outras atividades identificáveis como indutoras de incentivo para a diversificação da criação de peixes no Estado de Rondônia - e que têm o condão de construir o ambiente necessário a geração de políticas públicas voltadas à atividade da piscicultura - incluem a operacionalização de cursos sobre piscicultura em sistema comunitário

e técnicas de manejo de espécies nativas, tais como o pirarucu e a jatuarana. Este cuidado, aliás, com essas espécies em particular é justificado, uma vez que a criação da espécie tambaqui (*Colossoma macropomum*, Cuvier, 1818) foi, ao longo dos anos, fortemente incentivada em Rondônia, chegando a ser cerca de 98% do total de peixes criados/coletados deixando outras espécies como, por exemplo o pirarucu, a jatuarana e o matrinxã fora desse contexto, o que reduziu a diversificação de produtos, com efeitos negativos sobre a capacidade de suprir o mercado com diferentes espécies de peixe, também com alto teor de proteína e elevado valor nutritivo, todos adequados a atender as carências nutricionais da população local e, por decorrência natural, os futuros mercados regional, nacional e, quiçá, internacional.(Rondônia, 2009)

Esses eventos, normalmente, contam com a participação tanto de entidades comerciais como estatais e mesmo as entidades do chamado Terceiro Setor, mas, especialmente, no caso de Rondônia, a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), assim como de importantes agentes de fomento, tais como o Banco da Amazônia (BASA), através da Gerência Regional do Banco. Aliás, nesse particular, o Banco da Amazônia possui em sua carteira de serviços certas estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável, assim como linhas de crédito específicas para a piscicultura da região. A idéia por trás de iniciativas educacionais em piscicultura é a de, ao tempo a de fazer com que operem como agentes facilitadores entre os diferentes atores da cadeia produtiva, agir como vetor de redução do papel assistencialista do estado junto, aos produtores, especialmente os produtores familiares. Há ainda outro aspecto a ser considerado na execução de iniciativas educacionais em piscicultura. Essas atividades têm a característica de permitir aos gestores das políticas públicas em vigor assenhorear-se de visibilidade quanto aos problemas sociais efetivamente ocorrentes no seio da comunidade e, a partir dessa apropriação, levar a efeito mudanças nas políticas públicas voltadas ao setor aperfeiçoando o processo e permitindo levar às populações pacientes da política melhores condições de produção de alimento, geração de renda, segurança alimentar e, no conjunto, inclusão social.

5 Potencialidades da Piscicultura no Estado de Rondônia

No Estado de Rondônia a piscicultura exercida sob critérios de execução racional foi introduzida e vem se desenvolvendo apenas mais recentemente, tendo sido verificado um razoável aporte de investimentos em todas as suas fases

de produção por parte de investidores interessados no crescente potencial de negócios que a atividade oferece. A par desse potencial demonstrado já nas primeiras iniciativas de comercialização nacional e internacional de pescado amazônico, esta expectativa dos produtores rurais na criação de peixes, está implicando um crescente povoamento de seus reservatórios de espécimes.(RONDÔNIA, 2009)

Essa tendência de ingresso de vários agentes econômicos na atividade da piscicultura pode ser verificada pelo fato de somente nos municípios de Porto Velho, Pimenta Bueno, Ariquemes, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto D'Oeste e Vilhena possuírem estações de produção de alevinos, fase mais delicada do processo produtivo, com capacidade de produzir mais de dez milhões de alevinos ao ano, com uma capacidade instalada e operando de beneficiar cerca de doze toneladas ao dia. Esses alevinos correspondem às espécies mais comumente criadas no estado de Rondônia: o tambaqui, o tambacu, o pacu, o curimatá e a carpa (RONDÔNIA, 2009).

Um dos grandes obstáculos ao crescimento da atividade piscícola é o significativamente alto custo das rações. Uma das alternativas que têm sido buscadas pelos produtores é a aquisição de misturadores para o preparo autógeno de rações.

O mercado consumidor de Rondônia oscila ao redor de 9 quilogramas/ano/habitante, o que implica uma demanda estimada da ordem de 13.770 toneladas/ano, em sua maior parte abastecido pela pesca de cunho artesanal e por alguma importação de regiões próximas, notadamente da cidade de Humaitá, no Estado do Amazonas, distante cerca de 200 quilômetros da cidade de Porto Velho. Vale observar que a produção piscícola atende apenas cerca de 3% da demanda, o que deixa claro que há um potencial de consumo, ou demanda reprimida bastante expressiva, o que tem estimulado o aumento da atividade econômica da piscicultura.(RONDÔNIA, 2009).

O comportamento sazonal do mercado consumidor de pescado no Estado de Rondônia apresenta picos de demanda entre os meses de dezembro e fevereiro, quando há o período de defeso de pesca, e de março a junho, época das cheias de rios da região, o que implica falta de oferta de pescado. Tipicamente, com base nos índices praticados no primeiro semestre de 2009, o preço médio do quilograma de peixe bruto (com vísceras) que é pago ao produtor foi de R\$ 2,50, fazendo com que os preços ao consumidor final oscilem entre R\$ 4,50 (para espécies mais populares) a R\$ 6,00 (para espécies mais nobres).

As principais razões pelas quais se verifica uma forte tendência de crescimento da atividade

piscícola no Estado de Rondônia parecem estar fundadas nas seguintes condicionantes:

- 1- O mercado consumidor de Rondônia é predominantemente importador;
- 2- A margem de lucro possível aos produtores é elevada;
- 3- É uma atividade comercial considerada ecologicamente correta, propiciando, por isso mesmo, acesso a crédito mais facilitado pelas políticas públicas ambientais em vigor no país, bem como tem facilitada sua regulamentação e credenciamento junto aos órgãos governamentais em geral e ambientais em particular;
- 4- O seu custo de transporte, consideradas as variáveis de custo de estocagem, e acondicionamento, não se apresenta proibitivo, o que permite ao produtor um acesso facilitado aos mercados potenciais do país;
- 5- As condições ambientais de cultivo (temperatura, luminosidade e recursos hídricos em geral considerados) próximas do ideal para criação das espécies hoje eleitas à produção;
- 6- Mercado consumidor nacional que se apresenta promissor, inclusive com um potencial de lucros significativamente maior do que o mercado regional, uma vez haja por parte dos produtores regularidade na oferta, seja em termos de qualidade de produto, seja de observação de tempestividade nas entregas. (Rondônia, 2009).

A questão básica a ser equacionada para que seja possível aos produtores conquistar um mercado fidelizado, com contratos de fornecimento atrativos, é a capacidade de manter regularidade na qualidade da produção e na entrega dos produtos. Neste particular, identifica-se a causa dos problemas de qualidade do pescado como sendo o não uso de ração específica, uma vez que os produtores findam por alimentar os peixes com mandioca e milho, induzindo nos animais um relativo excesso de gordura.

São também identificados como problemas significativos da piscicultura praticada no Estado de Rondônia:

- 1- Ausência de um sistema produtivo organizado de fomento e de assistência técnica;
- 2- Sistema de comercialização e distribuição de produtos deficiente;
- 3- Incidência de tributação para venda no mercado nacional fora do Estado de Rondônia, o que baixa a competitividade da atividade em relação aos seus concorrentes nos países exportadores do Mercosul, que possuem isenção tributária por ingresso no mercado brasileiro.(Rondônia,2009).

A atividade da piscicultura, no âmbito do Estado de Rondônia demanda um projeto construtivo que leve em consideração fundamentalmente:

- 1- As idiossincrasias de cada uma das sub-regiões do Estado;
- 2- A existência, em disponibilidade imediata, de um sistema produtivo que conte com assistência técnica e pesquisas;
- 3- A existência de linhas especiais diferenciadas de crédito de fomento;
- 4- Vedação da criação empírica de alevinos, através do desestímulo financeiro e econômico e/ou da proibição legal;
- 5- A aplicação de uma política pública de incentivo à iniciativa privada para o estabelecimento de unidades fabris de beneficiamento de pescado, aliada a uma estratégica eficaz de comercialização;
- 6- Proibição de exportação de pescado de peixes criados em cativeiro com alimentação de baixo teor vitamínico e mineral e alto teor de hidratos de carbono;
- 7- Implantação, via incentivo à iniciativa privada, de planta fabril de produção de ração específica para peixes, inclusive com extrusor. A matéria prima a ser utilizada por essa planta privilegiaria elementos encontrados ou produzidos no Estado de Rondônia, tais como farinha de ossos, farinha de carne, farelo de soja, torta de soja, caroço de algodão, entre outros;
- 8- Adoção de políticas públicas reguladoras da qualidade da produção, em especial o exercício de controle sanitário de alevinos provenientes de outras regiões do país, e fomentadoras da regularidade da produção, de modo a mitigar os efeitos da sazonalidade da disponibilidade de pescado por fatores naturais/ambientais (Rondônia,2009)

6 Conclusão

No presente estudo foram focalizados os efeitos das considerações gerais sobre políticas públicas, políticas públicas em Rondônia e as potencialidades da piscicultura no Estado de Rondônia.

Toda política pública tem o escopo principal de se constituir em um vetor de transformação social. Políticas públicas têm sido ao longo da história da civilização humana instrumentos de alteração essencial nas relações entre os indivíduos entre si e, mais obviamente, entre os indivíduos e o estado ou ainda, entre sociedades comerciais e o estado. Assim, estudar o alcance desses instrumentos pode se constituir em um poderoso indicador de sua pertinência aos interesses da coletividade em que se acha inserto, sua aderência à vocação de dado grupo social que lhe sofra os efeitos e os resultados efetivamente obtidos, comparados aos pretendidos na origem conceitual da política pública.

A piscicultura no Estado de Rondônia, é uma atividade que pode ser grandemente afetada pela aplicação das políticas públicas que lhe forem cometidas pelo Poder Público. E parece evidente que à atividade pode em si afetar a política pública, em razão direta, afetará a economia e, por decorrência lógica, as pessoas que militam nessa atividade ou que dela dependam direta ou indiretamente.

O desenvolvimento local, não haverá de ser confundido com o desenvolvimento como fenômeno geralmente considerado, uma vez que os seus pacientes têm a natural tendência de, pelos efeitos de progresso material, econômico e social que identificam em seu entorno, de entender o crescer (no sentido da acumulação de riqueza local) com o desenvolver (a associação da presença da riqueza com o bem estar social e a melhoria da qualidade de vida).

Desenvolver, nas palavras de (MARTINELLI et al, 2004, p. 103) tem a definição de ser "... um pacto fundamental, tendo presentes as idéias de desenvolvimento e de alta mobilização de recursos locais." Assim, "desenvolver é palavra de ação que contempla uma estratégia integrada das instituições para enfrentar a fragmentação territorial".

Desenvolver localmente eviscera, evidencia o enfrentamento da fragmentação, uma vez que o impacto integralizante das políticas públicas faz-se mais imediatamente percebido.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. – Ed. Congresso Nacional. Brasília – DF, 2001.

_____. Lei Federal nº. 6.938/81 - Trata do estudo do impacto ambiental. Brasília, 1981.

_____. Código de Pesca (Decreto-Lei nº. 221;1967). Brasília: 2009.

_____. Programa de avaliação sustentável de exploração dos recursos da Zona Econômica e Ecológica. Brasília: 2009.

_____. Piscicultura: Oportunidade de negócio e desenvolvimento no Estado de Rondônia . Acesso site <http://www.bancoamazonia.com.br> , em 15 de abril,2010.

_____. Aqüicultura no Brasil: O Desafio é Crescer.Secretaria de Aqüicultura e Pesca. Brasília-DF,2008.

CASTANHAR, José Cezar. A focalização das políticas públicas de fomento à atividade empresarial no Brasil. IN: Estado e Gestão Pública – visões do Brasil Contemporâneo. Orgs. Paulo Emílio Matos Martins e Octávio Penna Pieranti. Ed. FGV, Rio de Janeiro: 2007.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. Orgs. Alysson Carvalho; Fátima Salles; Marília Guimarães e Walter Ude. Ed. UFMG, Proex, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e média empresas. 1. ed. – Barueri-SP:manole,2004.

Políticas Públicas, Conceitos e Práticas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral, Coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. BH: SEBRAE/MG, 2008.

RONDÔNIA. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social. Porto Velho, 2009.

_____. Relatório de Gestão da SEAPES/RO. Porto Velho, 2009.

_____. Diagnóstico Sócio-Econômico do SEBRAE/RO, elaborado e publicado em abril de 1999. Porto Velho: 1999.

_____. Estudo de Prospecção de Mercado para a Piscicultura do Estado de Rondônia. Parceria: SEBRAE/RO, Governo do Estado de Rondônia e Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia. Porto Velho: 2002.

_____. Seminário do Agronegócio da Piscicultura em Rondônia. Parceria SEAPES/EMATER/ Banco da Amazônia/Purina/Prefeitura de Pimenta Bueno/Lions Clube de Rondônia e Associação dos Piscicultores de Pimenta Bueno, 2004.

_____. Relatório de Gestão da SEAPES/RO. Porto Velho, 2009.

_____. Projeto de Desenvolvimento e Expansão da Piscicultura da Região de Ariquemes de Rondônia, 2006.